

## Violência epistêmica e socioambiental: como a colonialidade sustenta o extrativismo

*Epistemic and socioenvironmental violence: sub how coloniality sustains extractivism*

Liz-Rejane Issberner   

Philippe Léna   

### Resumo

Este artigo analisa os conflitos socioambientais no Brasil recentes a partir da articulação entre o pensamento decolonial e a crítica ao modelo extrativista. Argumenta-se que o avanço do neoextrativismo, intensificado durante o governo Bolsonaro, está profundamente enraizado na lógica da colonialidade, que legitima a exploração econômica e naturaliza a violência contra populações e territórios considerados descartáveis. A pesquisa adota abordagem qualitativa e crítico-interpretativa, fundamentada na ecologia política latino-americana, combinando revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, retrocessos institucionais e registros de conflitos. A análise é orientada por cinco categorias centrais: colonialidade do poder, zonas de sacrifício, violência epistêmica, extrativismo econômico e resistência decolonial. Essas categorias permitem compreender o extrativismo não apenas como sistema de acumulação capitalista, mas também como regime de legitimação da violência física e simbólica. Ao evidenciar as conexões entre dominação, exploração e resistência, o artigo contribui para a formulação de uma estrutura interpretativa crítica sobre os impactos socioambientais do capitalismo global de fronteira na América Latina.

**Palavras-chave:** Neoextrativismo; Colonialidade; Pensamento Decolonial; Conflitos Socioambientais; Brasil.

### Abstract

This article examines socio-environmental conflicts in contemporary Brazil through the lens of decolonial thought and a critique of extractivist practices. It argues that the expansion of neo-extractivism—intensified under the Bolsonaro administration—is deeply rooted in the logic of coloniality, which legitimizes economic exploitation and normalizes violence against populations and territories deemed disposable. The research adopts a qualitative and critical-interpretative approach, grounded in Latin American political ecology, combining bibliographic review and document analysis of public policies, institutional setbacks, and records of socio-environmental conflicts. The analysis is guided by five key categories: coloniality of power, sacrifice zones, epistemic violence, economic extractivism, and decolonial resistance. These categories reveal extractivism not only as a system of capitalist accumulation but also as a regime that legitimizes physical and symbolic violence. By highlighting the connections between domination, exploitation, and resistance, the article contributes to the development of a critical interpretative framework for understanding the socio-environmental impacts of frontier capitalism in Latin America.

**Keywords:** Neo-extractivism; Coloniality; Decolonial Thought; Socio-environmental Conflicts; Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

As últimas regiões ainda pouco integradas ao universo da mercadoria global sofrem investidas violentas da exploração predatória de recursos naturais. A apropriação da natureza em escala industrial, impulsionada pelo metabolismo do capital, busca recursos cada vez mais

escassos para alimentar o mercado mundial. Embora essa dinâmica esteja presente até mesmo nos centros do capitalismo, ela assume feições particulares em países periféricos, marcados pela abundância de recursos naturais e pela persistência de heranças coloniais.

O colonialismo não apenas impôs a conquista territorial e a exploração econômica, como também produziu uma lógica de inferiorização de povos, culturas e saberes que se prolonga até hoje na forma da colonialidade. Esse legado estrutura hierarquias sociais, raciais e epistêmicas que permanecem centrais para a reprodução da modernidade capitalista (Lander, 2000; Quintero *et al.*, 2019). A colonialidade, assim, se constitui como a outra face da modernidade: ao mesmo tempo em que legitima a exploração econômica, naturaliza a violência contra populações e territórios considerados atrasados ou descartáveis.

Para interpretar esses processos, mobilizamos cinco categorias centrais – colonialidade do poder, zonas de sacrifício, violência epistêmica, extrativismo econômico e resistência decolonial – desenvolvidas no campo da ecologia política latino-americana. Essas categorias permitem compreender o extrativismo brasileiro não apenas como sistema de acumulação dependente, mas também como regime de legitimação da violência física e simbólica que mantém o país em posição periférica no capitalismo global. Ao mesmo tempo, revelam as formas plurais de resistência que emergem em territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e urbanos, reposicionando a luta socioambiental como disputa epistemológica e civilizatória.

O recorte temporal abrange do início do século XXI até o período recente, marcado pela intensificação da violência socioambiental sob o bolsonarismo. Ao mobilizar literatura especializada, documentos institucionais e registros de conflitos, buscamos mostrar como o neoextrativismo, ancorado na colonialidade, sustenta-se como projeto de dominação, mas também encontra limites impostos por formas de resistência decolonial.

Assim, o artigo pretende contribuir para a formulação de uma estrutura interpretativa que ilumine a relação entre destruição ambiental, violência contra populações locais e colonialidade, ressaltando o papel do pensamento decolonial como ferramenta indispensável para compreender e enfrentar a persistência do neoextrativismo na América Latina.

## **2 METODOLOGIA E ESTRUTURA DE ANÁLISE**

A pesquisa adota abordagem qualitativa e crítico-interpretativa, fundamentada na ecologia política e no pensamento decolonial latino-americano. O percurso metodológico

combina revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, retrocessos institucionais e registros de conflitos socioambientais no Brasil, considerando o período que vai do início do século XXI até o governo Bolsonaro. As fontes incluem literatura especializada, relatórios de organizações da sociedade civil e registros de imprensa, selecionados por sua relevância para compreender a intensificação do neoextrativismo e suas formas de legitimação.

A análise é orientada por cinco categorias centrais, que funcionam como chaves teóricas e ferramentas heurísticas:

- Colonialidade do poder, como matriz de dominação moderna (Quijano, 1991; Lander, 2000), aqui mobilizada para explicar como o legado da escravidão e do latifúndio estruturam a desigualdade socioambiental no Brasil.
- Zonas de sacrifício, que designam territórios e populações tornados descartáveis (Machado Aráoz, 2016; Gudynas, 2013; Svampa, 2019), visíveis no avanço de megaprojetos de mineração, hidrelétricas e monoculturas sobre territórios indígenas, quilombolas e áreas urbanas periféricas.
- Violência epistêmica, associada ao silenciamento de saberes subalternizados (Spivak, 1995; Grosfoguel, 2016), manifesta no Brasil na deslegitimação de conhecimentos tradicionais e na imposição de uma racionalidade tecnocrática que privilegia indicadores de produtividade sobre modos de vida sustentáveis.
- Extrativismo econômico, expressão da lógica capitalista de acumulação dependente (Gudynas, 2010; Svampa, 2019; O'Connor, 1973), central para entender como o Brasil permanece atrelado ao papel de fornecedor de *commodities* e, ao mesmo tempo, reforça internamente dinâmicas de concentração fundiária e violência.
- Resistência decolonial, que remete às práticas de contestação e reexistência (Mignolo, 2007; Walsh, 2012; Lugones, 2015), evidenciada nas mobilizações indígenas, quilombolas, feministas, ambientais e urbanas que contestam o modelo extrativista e propõem alternativas de vida.

Essas categorias operam como instrumentos críticos para interpretar a violência socioambiental no Brasil, ao evidenciar sua inscrição na lógica extrativista global e os modos pelos quais resistências locais produzem alternativas e reconfiguram disputas.

### **3 COLONIALIDADE DO PODER E O METABOLISMO DO CAPITAL**

A crítica às assimetrias Norte-Sul, presente desde os anos 1960, foi marginalizada pela hegemonia do discurso da globalização. A partir dos anos 2000, essa crítica ganhou novo fôlego, sobretudo com a ecologia política, ao denunciar o intercâmbio ecológico desigual, e com os estudos decoloniais, que problematizaram a modernidade, a racialização do poder e as continuidades coloniais no presente.

#### **3.1 A COLONIALIDADE DO PODER E O LEGADO DA MODERNIDADE**

Nos anos 1990, Aníbal Quijano formulou a noção de colonialidade do poder para desvelar a face obscura da modernidade: sua sustentação em hierarquias raciais e epistêmicas que naturalizam a dominação. Esse marco teórico inaugurou o que Escobar denominou modernidade/colonialidade/decolonialidade (MCD), aprofundado pela “virada decolonial” (Maldonado-Torres, 2007).

A modernidade, assim, é compreendida como projeto global estruturado por relações de poder desiguais, no qual a independência formal não rompeu a lógica colonial. Elites locais incorporaram parte das funções do colonizador, mas seguiram articuladas ao capitalismo global, reproduzindo formas de exploração subordinadas (Harvey, 2005; Quintero *et al.*, 2019).

#### **3.2 A COLONIALIDADE DO PODER COMO MATRIZ DE DOMINAÇÃO**

A colonialidade sustenta-se na legitimação da dominação por meio de discursos que naturalizam a exploração, ao afirmar “a inviabilidade de uma outra forma de ‘conhecer’ o mundo e de conceber o próprio ‘conhecimento’” (Machado Aráoz, 2010, p. 36). Em resposta, o pensamento decolonial propõe práticas e argumentos que visam desestabilizar o projeto imposto pelo colonizador, substituindo-o por esquemas epistemológicos construídos a partir das perspectivas dos povos historicamente subalternizados.

Essas lutas decoloniais se manifestam em formas diversas de resistência ao poder colonial, que persiste até os dias atuais. O pensamento decolonial formula uma crítica contundente à hegemonia do conhecimento eurocêntrico, propondo a decolonização epistêmica como campo estratégico de enfrentamento ao neoxativismo. A violência, como destaca Machado Aráoz, é o elemento estruturante desse modelo: “a produção colonial do mundo ocorre

através da violência; este é o meio de produção por excelência do colonialismo/colonialidade”. (Machado Araújo, 2016a, p. 146).

O domínio colonial não se limita ao uso de força militar ou paramilitar. Ele se estende à disputa por territórios, corpos e imaginários, conformando as dimensões centrais da colonialidade: poder, saber e ser (Mignolo, 2010; Quijano, 2000; Maldonado-Torres, 2007). Para se consolidar, esse poder mobiliza um “dispositivo de conhecimento colonial” que desestrutura outras formas de existência, saber e organização social. Sob a lógica do progresso, esse dispositivo desqualifica os saberes das populações colonizadas, rotulando-os como arcaicos, primitivos ou tradicionais (Lander, 2000).

A dominação que se perpetuou durante e após a presença formal do colonizador foi revestida pela ideia de um avanço inevitável rumo à modernidade. A colonialidade passou a ser concebida como um espaço de práticas e ideias obsoletas, sem ciência, sem filosofia, que deveriam ser superadas (Lander, 2000). Walsh (2012, p. 14–15) enfatiza que a colonialidade não se dissolve repentinamente; seu enfrentamento exige “um posicionamento de transgressão, intervenção, insurgência e incidência política”, capaz de “identificar, tornar visível e encorajar ‘lugares’ de exterioridade e construções alternativas”.

Gorender (1988) já advertia que a independência formal de um país não implica o fim da lógica colonial. As elites locais foram gradualmente modernizadas, mas mantiveram a visão colonial (Cahen, 2019). Por isso, é essencial analisar as dinâmicas de dominação colonial que persistem dentro dos próprios Estados nacionais.

Sob uma forma de colonização mais dissimulada, mas igualmente eficaz de dominação, as corporações globais, aliadas a interesses locais, se instalam em territórios com legislações ambientais e trabalhistas frágeis, transformando regiões inteiras em zonas de sacrifício. Ainda assim, mesmo em contextos em que os marcos regulatórios são mais robustos, observa-se a atuação coordenada de setores empresariais e políticos para contornar, flexibilizar ou mesmo desmontar normas ambientais, de modo a viabilizar projetos extrativos em grande escala. A Amazônia exemplifica essas fronteiras de expansão que sustentam o metabolismo do capital: elites locais e setores médios cumprem papel central como mediadores, ao apoiar empreendimentos desenvolvimentistas que perpetuam a dominação colonial de povos e da natureza sob a retórica do progresso e da modernidade (Furtado, 1974).

### 3.3 O (NEO)EXTRATIVISMO COMO NECESSIDADE METABÓLICA DO CAPITAL

O capitalismo depende de uma incorporação contínua de novos espaços, territórios e recursos ao seu metabolismo para sustentar o processo de acumulação (Harvey, 2014). Essa lógica expansionista se defronta com limites concretos, uma vez que, como observa Moore (2015), estamos chegando ao fim do “trabalho barato” e das “matérias-primas baratas”. Nas regiões ainda pouco integradas à lógica mercantil global, a pressão por expansão se traduz em investidas violentas sobre populações tradicionais e seus territórios, intensificando projetos de mineração, petróleo, hidrelétricas, agronegócio e exploração madeireira predatória. O resultado é a multiplicação de zonas de sacrifício socioambiental, que representam tanto a degradação dos ecossistemas quanto a ameaça à sobrevivência de povos que guardam saberes e práticas fundamentais à manutenção da vida.

Essa dinâmica global, fundada na degradação ambiental, na expropriação e na espoliação, mostra-se imune às campanhas nacionais e internacionais de denúncia. O conceito de neoextrativismo aqui adotado segue a tradição latino-americana de diversos autores (Acosta, 2013; Machado Aráoz, 2016; Brand, 2018; Escobar, 2015; Gudynas, 2010, 2012; Mignolo, 2007, 2010; Svampa, 2019). Para esses autores, o termo designa a forma contemporânea de exploração intensiva de grandes volumes de recursos naturais destinados à exportação, com forte dependência das flutuações do mercado global. Svampa (2019) destaca que se trata de uma atualização da lógica extrativista histórica, mas agora marcada pela escala ampliada e pela legitimação estatal em nome do “desenvolvimento”. Essa atualização inclui tanto a violência física contra populações e lideranças quanto a violência epistêmica voltada à desqualificação de modos de vida, espiritualidades e saberes ancestrais, numa tentativa sistemática de dissolução cultural para viabilizar a apropriação dos territórios.

O ciclo recente do neoextrativismo emerge no início dos anos 2000, impulsionado pela elevação do preço das *commodities*. O crescimento econômico latino-americano nesse período sustentou grandes empreendimentos de mineração, megabarragens e expansão da fronteira agropecuária sobre áreas florestais e territórios tradicionais. Nesse sentido, o extrativismo não é uma anomalia, mas um traço constitutivo do próprio capitalismo: nasce “do e com o capitalismo” (Machado Aráoz, 2015, p. 20) e “não há capitalismo sem extrativismo” (Machado Aráoz, 2016b, p. 456).

Essa constatação permite compreender por que, no Brasil, o neoextrativismo se apresenta como parte de um projeto de desenvolvimento estruturalmente predador (Furtado, 1981), que reatualiza a colonialidade do poder. A modernidade, longe de ser um fenômeno universal e simétrico, está ancorada em relações de dominação globais, nas quais a subalternização de povos e territórios é condição de funcionamento do sistema. Assim, o neoextrativismo só se sustenta quando incrustado em uma matriz colonial, que combina exploração econômica, violência epistêmica e produção de zonas de sacrifício. Essa articulação evidencia o caráter estrutural do problema: longe de um desvio conjuntural, o neoextrativismo expressa a própria necessidade metabólica do capital.

### 3.4 O BRASIL: ENTRE ESCRAVIDÃO, FRONTEIRA E NEOEXTRATIVISMO

No Brasil, a matriz colonial de poder, tal como formulada por Aníbal Quijano (1991), evidencia que a modernidade capitalista se sustentou na invenção de hierarquias raciais e epistêmicas desde o período colonial. Essa matriz não se esgotou com a independência formal, mas permaneceu como fundamento de um padrão de dominação que articula dois elementos estruturantes e ainda ativos como legado histórico e dinâmica permanente:

A escravidão, cuja herança ultrapassa a dimensão do passado e segue organizando o presente. O regime escravocrata consolidou hierarquias raciais e sociais que se reproduzem em múltiplas formas de exclusão, precarização do trabalho e desigualdade socioeconômica (Fernandes, 1978; Gonzalez, 1988; Almeida, 2019). Essas hierarquias continuam a operar como engrenagens funcionais ao capitalismo brasileiro, que se apoia na persistência de uma massa de trabalhadores racializados, superexplorados e constantemente descartáveis (Souza, 2017; Mbembe, 2016).

A fronteira de expansão, concebida como espaço de enriquecimento individual a qualquer custo — social, ambiental e humano. Historicamente associada ao avanço sobre territórios indígenas e comunidades tradicionais, essa fronteira foi regida por práticas de dominação brutal e pela lógica do saque (Furtado, 1974; Prado Jr., 2000; Martins, 1997). Longe de ser superada, essa dinâmica permanece no presente sob a forma da expansão da fronteira agropecuária, da mineração, do garimpo e de megaprojetos de infraestrutura, que reatualizam a economia predatória do passado e reproduzem a colonialidade como racionalidade política e econômica (Porto-Gonçalves, 2006; Gudynas, 2010; Svampa, 2019).

Hoje, a Amazônia constitui a principal expressão dessa lógica: transformada em fronteira extrativa privilegiada, concentra a expansão agropecuária, os megaprojetos de infraestrutura, a mineração e o garimpo, que reproduzem a colonialidade como racionalidade política e econômica (Porto-Gonçalves, 2006; Gudynas, 2010; Svampa, 2019). Grileiros, fazendeiros, madeireiros e empresários, em articulação com setores políticos e judiciários, expandem a fronteira predatória sobre territórios coletivos e áreas protegidas, legitimados pela ideologia colonial que contrapõe progresso a atraso. Esse processo mobiliza trabalhadores precarizados, garimpeiros, boias-frias, madeireiros, em condições que reeditam formas de trabalho escravo.

A destruição da Amazônia, portanto, não ocorre apenas pela força do capital global, mas também pela cumplicidade de segmentos sociais que legitimam o avanço predatório sobre territórios coletivos e áreas protegidas. A expansão do neoextrativismo encontra ainda uma reserva de mão de obra precarizada: trabalhadores sem-terra, sem comunidade e sem pertencimento, que se tornam garimpeiros, madeireiros, boias-frias ou agentes de violência em fazendas e serrarias. Essa massa de “dessocializados” é vulnerável a formas de exploração que reeditam a lógica do trabalho escravo.

As disputas contemporâneas confirmam a permanência da colonialidade: o marco temporal, em julgamento no STF, reduz direitos originários a concessões condicionadas; a expansão do agronegócio sobre comunidades tradicionais, como em Alcântara (MA), reproduz a lógica de expulsão e subalternização.

Nesse sentido, o neoextrativismo brasileiro não é apenas resultado da pressão externa, mas de uma cumplicidade interna que reatualiza a matriz colonial, combinando exploração econômica, violência epistêmica e devastação socioambiental.

#### **4 ZONAS DE SACRIFÍCIO: AGROEXTRATIVISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS**

A noção de zonas de sacrifício (Machado Aráoz, 2016; Gudynas, 2013; Svampa, 2019) explicita como o extrativismo opera produzindo territórios e populações descartáveis, tratadas como custos inevitáveis do progresso. Essa categoria evidencia que a acumulação capitalista não se realiza de modo homogêneo, mas depende da constituição de espaços degradados e

populações subalternizadas, que podem ser expostas à destruição socioambiental como parte de uma racionalidade econômica global.

#### 4.1 TERRITÓRIOS E POPULAÇÕES TORNADOS DESCARTÁVEIS

No Brasil, essa lógica assume expressão privilegiada em regiões como a Amazônia e o Cerrado, mas também alcança periferias urbanas e áreas costeiras, onde a precarização ambiental e social é naturalizada em nome da competitividade econômica.

Nessas áreas, o extrativismo converte territórios em ativos estratégicos para o mercado mundial, subordinando-os a fluxos de capital transnacional. Populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas, longe de serem reconhecidas como sujeitos de direitos, são classificadas como entraves ao “desenvolvimento” ou obstáculos à valorização do capital. O Estado, em aliança com corporações e elites locais, atua como mediador dessa lógica, reproduzindo a colonialidade do poder ao legitimar práticas de expropriação territorial e violência epistêmica. Dispositivos institucionais, discursos discriminatórios e formas de marginalização sistemática reforçam a percepção de que esses territórios podem ser apropriados livremente em nome da modernização (Brighenti, 2015; Acselrad, 2020).

A experiência recente oferece exemplos contundentes da produção de territórios sacrificáveis no Brasil. Em Minas Gerais, os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), ambos protagonizados pela Vale, resultaram em milhares de vítimas humanas, contaminação irreversível de rios e destruição de ecossistemas. Esses eventos, frequentemente enquadrados como “acidentes”, revelam não falhas pontuais, mas a expressão estrutural de um modelo minerário baseado na privatização dos lucros e na socialização dos riscos (Zhourri, 2021). Na Amazônia, a mineração mantém essa mesma lógica de sacrifício: projetos como Bel o Sun, em Altamira, a Tapajós Gold, em Santarém, e a mineração ilegal de mercúrio em diversos garimpos afetam diretamente comunidades locais, contaminando rios, degradando ecossistemas e ameaçando modos de vida tradicionais. A construção da usina de Belo Monte também atualiza essa dinâmica: comunidades ribeirinhas e povos indígenas foram deslocados sob o argumento da “segurança energética nacional”, enquanto o empreendimento atende prioritariamente à demanda industrial e às redes de acumulação vinculadas ao setor eletrointensivo. Esses exemplos evidenciam que a produção de zonas de sacrifício não é uma

exceção, mas parte constitutiva do modelo extrativista brasileiro, articulando exploração econômica, violência social e degradação ambiental.

Esses casos revelam que a lógica do sacrifício não constitui exceção, mas fundamento da acumulação extrativista no Brasil contemporâneo. A transformação de territórios em zonas de sacrifício articula exploração econômica, degradação ambiental e subalternização social, reforçando os vínculos entre colonialidade, neoextrativismo e violência estrutural. Ao mesmo tempo, tais processos alimentam resistências, pois os povos e comunidades atingidos disputam narrativas, direitos e projetos de futuro, desestabilizando a ideia de que sua destruição é um preço inevitável a pagar pelo “progresso”.

#### 4.2 AGROEXTRATIVISMO NO BRASIL E DISPUTAS TERRITORIAIS

O agronegócio desempenha papel central na atualização da matriz colonial de dominação no Brasil. Ao renovar o agroextrativismo, ele converte a agropecuária em meio privilegiado de apropriação intensiva da natureza, transformando áreas protegidas, terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas em obstáculos à expansão da fronteira agrícola. Esse processo gera uma zona permanente de conflito no espaço rural, onde a acumulação de capital se confronta diretamente com a reprodução social e cultural de povos tradicionais.

O setor agroalimentar brasileiro, altamente globalizado, responde por grande parte da geração de divisas nacionais, mas concentra-se nas mãos de um número restrito de agentes que dominam cadeias produtivas inteiras. Essa dinâmica ficou evidente na virada dos anos 2000, quando a alta nos preços de commodities como soja e minério de ferro sustentou o crescimento econômico, mas a crise de 2008 expôs a fragilidade estrutural do modelo, ao revelar a dependência do Brasil em relação às flutuações do mercado global (Léna; Issberner, 2018). Essa inserção subordinada garante ganhos imediatos, mas impõe custos sociais e ambientais devastadores.

A expropriação e a acumulação de terras sempre foram elementos constitutivos do exercício do poder político e dos projetos de desenvolvimento no Brasil. Desde o período colonial, conformou-se um modelo agroexportador que se perpetua sob a forma de uma “modernização conservadora” (Sauer, 2011): atualizam-se as técnicas produtivas, mas mantêm-se a concentração fundiária, a precarização do trabalho e a exclusão de populações do campo,

especialmente povos indígenas, comunidades quilombolas, camponeses e agricultores familiares. Esse padrão privilegia a produção de commodities para exportação, reduzindo os territórios a suportes da acumulação, enquanto modos de vida diversos são marginalizados ou criminalizados (Martins, 1997; Porto-Gonçalves, 2006).

O agroextrativismo, integrado ao agronegócio, conecta atores locais e globais numa cadeia de exploração: grileiros, madeireiros e grandes fazendeiros articulam-se a corporações transnacionais como Cargill, Bunge, ADM, JBS, Vale, Bayer/Monsanto, e a fundos de investimento como BlackRock, Vanguard e JP Morgan Chase (Earthsight, 2022; APIB; Amazon Watch, 2020). Trata-se de uma rede de acumulação que, como observa Gudynas (2010), reforça a colonialidade ao transferir riqueza e externalizar custos socioambientais.

Essa dinâmica territorial não se limita a uma disputa pelo uso da terra, mas expressa um conflito de projetos societários. De um lado, o agronegócio sustenta-se na expansão “ilimitada” das fronteiras agrícolas; de outro, comunidades locais defendem a diversificação produtiva, a valorização da floresta e a reprodução social de práticas que mantêm a vida (Sauer, 2011; Almeida, 2019). A tensão entre esses modelos traduz-se em conflitos abertos: entre 2010 e 2019, os conflitos fundiários praticamente dobraram, passando de 638 para 1.206 ocorrências (Comissão Pastoral da Terra, 2020; Araújo et al., 2019).

O Estado brasileiro atua como facilitador dessa lógica, seja por meio de legislação favorável, seja pela tolerância diante da grilagem e da violência no campo. A força política da bancada ruralista, que em 2022 reuniu 347 parlamentares, ilustra a capacidade do agronegócio de capturar a agenda pública, flexibilizar a legislação ambiental e favorecer a apropriação de terras públicas (Zhour; Laschefski, 2017). Assim, os territórios convertidos em zonas de sacrifício tornam-se o elo que conecta a exploração local às demandas do mercado global, tornando consumidores internacionais corresponsáveis pelos impactos socioambientais e pela marginalização de populações tradicionais.

Esse encadeamento revela a interdependência entre extrativismo econômico, colonialidade do poder e violência epistêmica, evidenciando que o agroextrativismo não é apenas uma estratégia econômica, mas um dispositivo de dominação que articula dimensões locais e globais, sustentando a reprodução ampliada da desigualdade.

### 4.3 RACISMO ECOLÓGICO E FRONTEIRAS DE EXPLORAÇÃO

O racismo ecológico evidencia-se quando corpos, culturas e saberes de populações tradicionais são tratados como descartáveis, submetidos a degradação ambiental e violência em nome do progresso e da modernidade (Machado Araújo, 2016a; Svampa, 2019). Essa forma de racismo se expressa não apenas pela apropriação predatória dos territórios, mas também pela marginalização e invisibilização de grupos sociais específicos, cujas vidas são consideradas menos valiosas diante das exigências do capital.

No Brasil, casos emblemáticos ilustram essa dinâmica. O agronegócio da soja e da pecuária na Amazônia e no Cerrado expulsa comunidades indígenas e quilombolas por meio da grilagem, da pulverização aérea de agrotóxicos e da criminalização de lideranças locais. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2020) denuncia que a liberação massiva de agrotóxicos no período recente, muitos deles proibidos na União Europeia, atinge diretamente aldeias e reservas, contaminando águas, solos e corpos, uma forma de violência que expõe o vínculo entre racismo ambiental e dependência tecnológica.

No Cerrado, o avanço do agronegócio sobre comunidades quilombolas e geraizeiras tem resultado em conflitos fundiários, destruição de áreas de uso coletivo e apropriação de nascentes e chapadas, fundamentais para a reprodução social desses grupos (Almeida, 2019; Comissão Pastoral da Terra, 2022). Essas populações são representadas como atrasadas ou improdutivas, justificando sua expulsão sob a retórica da eficiência produtiva.

Exemplos também se multiplicam no campo dos trabalhadores rurais precarizados, expostos a condições degradantes em plantações de cana-de-açúcar, e nas periferias urbanas, onde resíduos tóxicos de atividades industriais e mineradoras se concentram em áreas habitadas majoritariamente por populações negras e pobres (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009). A tragédia de Mariana, em 2015 e, posteriormente, a de Brumadinho, em 2019, evidenciam que a mineração, parte essencial do modelo neoextrativista, opera mediante o sacrifício de territórios e corpos racializados, transformados em áreas de risco aceitável.

Assim, o agroextrativismo não se restringe à exploração da natureza, mas recai diretamente sobre corpos racializados, territórios coletivos e saberes tradicionais, configurando um racismo ecológico estruturante. As fronteiras de exploração, como Amazônia e Cerrado, tornam-se espaços paradigmáticos dessa violência, em que terras e vidas são vistas como

descartáveis e constantemente substituíveis na lógica de acumulação (Porto-Gonçalves, 2006; Svampa, 2019).

## **5 VIOLÊNCIA EPISTÊMICA: SILENCIAMENTO E LEGITIMAÇÃO DO EXTRATIVISMO**

A colonialidade sustenta-se por meio de um aparato de dominação que naturaliza a exploração e busca negar a legitimidade de outras formas de conhecer o mundo. Como assinala Machado Aráoz (2010, p. 36), trata-se de um discurso que afirma “a inviabilidade de uma outra forma de ‘conhecer’ o mundo e de conceber o próprio ‘conhecimento’”. Nesse horizonte, a violência não é um subproduto, mas sim a base da produção colonial: “a produção colonial do mundo ocorre através da violência; este é o meio de produção por excelência do colonialismo/colonialidade” (Machado Aráoz, 2016a, p. 146).

Essa violência assume também a forma epistêmica. O poder colonial opera em três dimensões inseparáveis: poder, saber e ser (Quijano, 2000; Mignolo, 2010; Maldonado-Torres, 2007). Para consolidar sua hegemonia, institui um “dispositivo de conhecimento colonial” (Lander, 2000) que desqualifica saberes não ocidentais, classificando-os como arcaicos, primitivos ou irracionais. A modernidade eurocêntrica constrói-se, assim, como universalidade epistêmica, relegando os conhecimentos ancestrais a um lugar de invisibilidade. Spivak (1995) enfatiza que os sujeitos subalternos não apenas são silenciados, mas têm suas vozes mediadas e deslegitimadas por uma racionalidade que não os reconhece como produtores de conhecimento. Grosfoguel (2016) amplia esse diagnóstico, apontando para o epistemicídio que sustenta a colonialidade do poder e do saber.

Esse processo deu suporte ao extrativismo desde a conquista colonial, quando o “novo mundo” foi representado como terra nullius, apagando o direito dos povos originários a seus territórios materiais e imateriais (Spivak, 1995; Santos, 2019). A dominação não se limitou à subjugação militar, mas implicou também no soterramento de cosmovisões e práticas de manejo da natureza que sustentaram sociedades complexas por séculos. Como observa Cahen (2019), a independência política das ex-colônias não rompeu esse padrão: elites modernizadas perpetuaram a visão colonial, reproduzindo exclusões internas.

O silenciamento epistêmico se manifesta ainda na monocultura do saber, denunciada por Vandana Shiva (1993), que identifica a substituição de sistemas diversos de conhecimento

por uma racionalidade tecnocrática que privilegia indicadores de produtividade, crescimento e eficiência. No Brasil, isso se traduz na deslegitimação de conhecimentos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, substituídos por narrativas desenvolvimentistas e discursos de inovação tecnológica que reduzem territórios a meros espaços de exploração. O caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol é exemplar: saberes indígenas sobre o uso sustentável da terra foram tratados como “atraso”, enquanto a expansão de arroteiros foi legitimada como sinal de modernização e progresso.

Esse padrão se radicalizou no período recente. Durante o bolsonarismo, práticas sistemáticas de violência epistêmica ganharam centralidade: antropólogos, ONGs e lideranças comunitárias foram acusados de “ideológicos” ou “antipatrióticos”, enquanto cosmologias indígenas e saberes agroecológicos foram descartados em favor de uma retórica que exaltava o agronegócio como motor único de desenvolvimento. A colonialidade do poder articula-se, nesse sentido, com a colonialidade da natureza (Escobar, 2015), legitimando o saque de bens comuns ao mesmo tempo em que desqualifica os modos de vida e de conhecimento que defendem sua preservação.

É nesse ponto que se explicita a inseparabilidade entre violência epistêmica, territorial e ecológica. A legitimação do extrativismo depende de um imaginário que naturaliza o saque, invisibiliza saberes locais e reduz a diversidade epistêmica a um obstáculo a ser superado.

Em oposição, emergem práticas de resistência epistêmica. Para Walsh (2012), a decolonização é uma atitude de transgressão e insurgência, capaz de tornar visíveis “lugares de exterioridade e construções alternativas” (Walsh, 2012, p. 14-15). Krenak (2019), por sua vez, propõe uma retomada dos saberes ancestrais como forma de ressignificar a relação sociedade-natureza. Essa chave de leitura ressoa em outros autores do Sul Global, que apontam para a necessidade de deslocar o debate civilizatório a partir das experiências históricas e cosmológicas marginalizadas (Salleh, 2006; Gray; Gills, 2016; Sparke, 2007).

A resistência epistêmica, assim, não é apenas um contraponto discursivo: é condição material de sobrevivência de povos e territórios diante da violência colonial ainda operante. Enfrentar a violência epistêmica implica reconhecer a pluralidade de mundos possíveis, repositonar a ciência e abrir espaço para diálogos interculturais que desestabilizem a matriz colonial, recuperando a diversidade de formas de vida e de conhecimento que o extrativismo busca silenciar.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos conflitos neoextrativistas, quando atravessada pela perspectiva decolonial, permite compreender dimensões mais sutis e persistentes da dominação colonial, sem as quais o projeto de exploração da Amazônia não teria se mantido com tamanha resiliência histórica.

A violência do Estado brasileiro não se expressa apenas em estatísticas de assassinatos de lideranças, grilagem ou devastação ambiental. Ela também se inscreve nas “gramáticas políticas do clientelismo e do corporativismo” (Nunes, 1997), que estruturam tanto a ocupação da região por grandes projetos de infraestrutura e hidrelétricas quanto a expansão recente do agronegócio em áreas como o MATOPIBA (Silva; Silva, 2011; Zhouri; Zucarelli, 2010; Alves, 2020; Zhouri, 2008). Nesses casos, a coerção estatal e paraestatal é mobilizada não apenas para garantir a execução de empreendimentos estratégicos, mas sobretudo para impor uma visão hegemônica de mundo, juridicamente legitimada, que se apresenta como universal e racional.

Essa violência não se restringe ao uso direto da força. Ela opera também pelo que os estudos decoloniais denominam violência epistêmica: o silenciamento sistemático de outras racionalidades, saberes e modos de vida, desqualificados como “tradicionais”, “atrasados” ou “obstáculos ao desenvolvimento” (Lander, 2000; Spivak, 1995). A cientifização e a juridificação das políticas públicas (Zhouri, 2008) tornam invisíveis as narrativas das comunidades afetadas, bloqueando tanto o acesso à informação quanto a possibilidade de interlocução equitativa com técnicos e gestores. Assim, a produção normativa e técnica do Estado não apenas regula conflitos, mas os redefine em termos que excluem a historicidade e a legitimidade das populações locais.

Essa articulação entre violência estrutural, política e epistêmica reforça a colonialidade do poder (Quijano, 2000; Mignolo, 2010; Maldonado-Torres, 2007), consolidando o extrativismo como destino inevitável. A partir daí, o discurso da modernização, da integração nacional ou da “vocação agrícola” se converte em justificativa para práticas sistemáticas de expropriação territorial, cultural e informacional.

Ao mesmo tempo, a persistência das lutas contra tais projetos evidencia que a colonialidade nunca se efetivou plenamente. Os conflitos analisados mostram como resistências locais – de mulheres, jovens, povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas – não apenas contestam a expropriação material, mas também colocam em disputa as bases epistêmicas que sustentam o modelo. Essa disputa pelo direito à comunicação, pelo reconhecimento de saberes

e pelo reposicionamento da relação ser humano–natureza aponta para possibilidades de outras racionalidades políticas e civilizatórias.

Para sintetizar o percurso analítico desenvolvido, o quadro 1 organiza as cinco categorias centrais mobilizadas neste artigo como chaves teóricas e ferramentas heurísticas. Cada uma delas permite articular os nexos entre colonialidade, extrativismo e resistências no Brasil, com ênfase na Amazônia.

**Quadro 1 – Categorias centrais**

<b>Categoria Teórica</b>	<b>Função analítica</b>	<b>Expressão no Brasil</b>	<b>Exemplos Concretos</b>	<b>Impactos/Consequências</b>
<b>Colonialidade do poder (Quijano, 1991; Lander, 2000)</b>	Mostra como a modernidade capitalista se estruturou na racialização e no latifúndio, perpetuando desigualdades sociais e ambientais.	Estrutura desigual de acesso a terras e recursos; legados da escravidão e do latifúndio	Expansão da fronteira amazônica; alianças entre corporações e políticos; manutenção de elites locais	Reforço da desigualdade socioambiental; legitimação da violência contra populações tradicionais
<b>Zonas de sacrifício (Machado Araújo, 2016; Gudynas, 2013; Svampa, 2019)</b>	Mostra como territórios e populações são tratados como descartáveis em nome do “progresso”.	Áreas rurais e urbanas submetidas à exploração predatória	Amazônia: Belo Sun, Tapajós Gold, garimpo ilegal; Cerrado: expansão de soja e pecuária; periferias urbanas	Degradação ambiental, deslocamento forçado, conflitos fundiários e sociais
<b>Violência epistêmica (Spivak, 1995; Grosfoguel, 2016; Shiva, 2003)</b>	Evidencia o silenciamento e a deslegitimação de saberes subalternizados, substituídos por racionalidades tecnocráticas	Deslegitimação de conhecimentos indígenas, quilombolas e ribeirinhos	Terra Indígena Raposa Serra do Sol: saber tradicional tratado como “atraso”; perseguição a antropólogos e ONGs	Invisibilização de práticas sustentáveis; reforço de narrativas de produtividade e “modernização”
<b>Extrativismo econômico (Gudynas, 2010; Svampa, 2019; O’Connor, 1973)</b>	Interpreta a economia brasileira como dependente da exportação de commodities, reproduzindo concentração de terra e violência.	Produção concentrada de commodities para exportação; conexão entre grileiros, latifundiários e corporações globais	Agronegócio: soja, carne, milho; Mineração: Vale, Rio Doce; Belo Sun, Tapajós Gold	Dependência econômica; degradação ambiental; vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional; perpetuação de desigualdades locais
<b>Resistência decolonial (Mignolo, 2007; Walsh, 2012; Lugones, 2015)</b>	Destaca práticas de contestação e reexistência que desafiam a colonialidade e propõem alternativas civilizatórias.	Mobilizações indígenas, quilombolas, feministas, ambientais e urbanas	Ocupações, bloqueios e ações jurídicas; movimentos como APIB, MST, associações de ribeirinhos	Contestação ao modelo extrativista; valorização de modos de vida sustentáveis; fortalecimento de narrativas alternativas ao poder colonial

Fonte: Elaboração própria dos autores, 2026.

Esse quadro evidencia que as cinco categorias não funcionam de modo isolado, mas como dimensões interdependentes de um mesmo regime de poder. Mais do que apenas descrever realidades fragmentadas, elas permitem compreender a Amazônia e, por extensão, o Brasil, como território em disputa, onde se entrelaçam colonialidade, violência e extrativismo, mas também insurgem práticas de resistência e reexistência.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo evidencia que a desigualdade socioambiental no Brasil não é fruto do acaso, mas resultado da reprodução de dinâmicas coloniais estruturais, onde o neoextrativismo, a violência territorial e epistêmica e a marginalização de saberes subalternizados se articulam. A Amazônia, como laboratório contemporâneo da colonialidade, torna visíveis as conexões entre legados históricos, fronteiras de expansão predatória e regimes globais de acumulação.

O quadro sintético das cinco categorias centrais: colonialidade do poder, zonas de sacrifício, violência epistêmica, extrativismo econômico e resistência decolonial, oferece ferramentas conceituais para analisar essas dinâmicas, conectando o debate teórico à realidade brasileira. Ao mesmo tempo, evidencia que práticas de resistência subalternas não apenas contestam a lógica extrativista, mas criam alternativas para a construção de relações sociais e ecológicas mais justas e sustentáveis.

O desafio para políticas públicas e para a ciência crítica é reconhecer a pluralidade de saberes e a necessidade de abrir espaço para modelos de desenvolvimento que rompam com a lógica predatória histórica, fortalecendo a justiça socioambiental e os direitos de povos e territórios tradicionalmente subalternizados.

Diante da escala das mudanças necessárias para o enfrentamento de um desastre anunciado, ambiental, social e econômico, cresce entre estudiosos a noção de uma mutação civilizacional. Povos indígenas e comunidades tradicionais parecem compreender, mais do que o sujeito das sociedades industriais, que o sistema que os expulsa e aniquila não se autolimitará. De certas lutas emerge, assim, o projeto de “consertar o mundo”, não apenas como transformação sociopolítica, mas como reinvenção ontológica das relações entre humanos e não humanos (Escobar, 2015).

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. *In*: LANG, M.; MOKRANI, D. (Coords.). **Beyond Development: alternative visions from Latin America**. Amsterdam/Quito: Transnational Institute Rosa Luxemburg Foundation, 2013.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Al. W. B. de. **Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. Manaus: Editora da UEA, 2019.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, V. E. L. Expansão do Agronegócio e os Impactos Socioambientais na Região de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA), **Confins** [En ligne], 45 | 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/28049>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.28049>. Acesso em 20 jun. 2025.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB. **Relatório de Violências contra Povos Indígenas do Brasil – Dados de 2019**. Brasília: APIB, 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/> Acesso em 02 jul. 2025.
- BRIGHENTI, C. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 103–120, 2016. DOI: 10.5965/1984724616322015103. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616322015103>. Acesso em: 28 ago. 2025
- CAHEN, M. Le retour du Brésil colonial. **Libération**, 03 de julho de 2019. Disponível em: [https://www.liberation.fr/debats/2019/07/02/le-retour-du-bresil-colonial\\_1737589](https://www.liberation.fr/debats/2019/07/02/le-retour-du-bresil-colonial_1737589) Acesso em 11, junho, 2020.
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório: Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019**. Brasília: CIMI, 2020.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2020; 2022.
- DUSSEL, E. “Europa, modernidad y eurocentrismo”, *In*: LANDER, E. (org) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, 248 p.
- ESCOBAR, A. **Sentir-Pensar com a Terra: novas epistemologias e práticas de política ambiental**. São Paulo: Elefante, 2015.

ESCOBAR, A. **Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FURTADO, C. **O Brasil Pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GLOBAL WITNESS. **Defending tomorrow: The climate crisis and threats against land and environmental defenders**. Global Witness, Londres, 2020.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1988.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

GRAY, K.; GILLS, B. K. South–South cooperation and the rise of the Global South. **Third World Quarterly**, 37(4), 2016. 557–574. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1128817>

GROSGOUEL, R. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y extractivismo ontológico. Una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, No.24: 123-143, enero-junio 2016.

GUDYNAS, E. Debates on development and its alternatives in Latin America. A brief heterodox guide. *In*: **Beyond Development Alternative visions from Latin America** (Orgs) LANG, M.; MOKRANI, D. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2013.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad** No. 237, 2012.

GUDYNAS, E. The new extractivism of the 21<sup>st</sup> century: ten urgent theses about extractivism. **Relation to Current South American Progressivism**. Washington D. C.: Center for International Policy, 2010.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Cochabamba: CLAES/CEDIB, 2010.

HARVEY, D. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. London: Profile Books Ltd, 2014.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, E. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico. In: LANDER (org) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, 248 p.

LÉNA, P.; ISSBERNER, L. R. Desafios para o Brasil em Tempos de Antropoceno In: May, P. (Ed.) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 3a. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2018.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá (Colombia), n. 9, p. 73–101, jul./dez. 2008. Disponível em: Tabula Rasa – U. Colegio Mayor de Cundinamarca.

MACHADO ARÁOZ, H. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-ex-sistencias descoloniales en Nuestra América. **Bajo el Volcán**, Universidad Autónoma de Puebla, 15 [23], 2015.

MACHADO ARÁOZ, H. La ‘Naturaleza’ como objeto colonial: Una mirada desde la condición eco-bio-política del colonialismo contemporáneo. **Boletín Onteikén**, 10, 35-47, 2010.

MACHADO ARÁOZ, H. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H.; TORO PÉREZ, C.; MARTÍN, S. (orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Buenos Aires: CLACSO, 2016a. p. 163-198.

MACHADO ARÁOZ, H. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza americana e a ordem colonial. In: LANG, M. (org.). **Descolonizar o imaginário**. debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016b.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: ediciones Del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. *In*: S. Castro y R. Grosfoguel (Eds.), **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** (pp. 25-46). Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MOORE, J. Nature in the limits to capital (and vice-versa). **Radical Philosophy**, 193 (sept-oct 2015), p. 9-19, 2015.

NUNES, E. de O. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e insulamento Burocrático**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Brasília, DF; ENAP, 1997.

O'CONNOR, J. **The Fiscal Crisis of the State**. New York: St. Martin's Press, 1973.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUIJANO, A. "Bien vivir": entre el "desarrollo" y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, No. 122, mayo, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of World-Systems Research**, vi, 2, summer/fall 2000, 342-386.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, 13 (29), 11-29. 1991.

QUIJANO, A. Raza, Etnia, Nación: Cuestiones Abiertas. *In*: Forgues, Roland (ed.) **José Carlos Mariátegui y Europa. El outro aspecto del Descubrimiento**. Lima: Amauta. 1992.

QUINTERO, P. ; FIGUEIRA, P. ; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. *In*: **Masp AfterAll - Arte e Descolonização**. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo, 2019. Disponível em:

<<https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2024.

ROBBINS, P. **Political Ecology**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd, UK, 2012.

SALLEH, A. 'We in the North are the Biggest Problem for the South: A Conversation with Hilka Pietila', **Capitalism Nature Socialism**, Vol. 17, No. 1, 2006, 44-61.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**. São Paulo: Autêntica, 2019.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 397-408, 2011.

SHIVA, V. **Monocultures of the Mind: Perspectives on Biodiversity and Biotechnology**. London: Zed Books, 1993

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPARKE, M. Everywhere But Always Somewhere: Critical Geographies of the Global South. **The Global South**, vol. 1 no. 1, 2007, p. 117-126. Project MUSE, <https://dx.doi.org/10.2979/gso.2007.1.1.117>.

SPIVAK, G. C. Can the Subaltern Speak? *In*: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Org.). **The Post-Colonial Studies Reader**. London: Routledge, 1995. p. 24–28.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Guadalajara: CALAS, 2019.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: Apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. **Tomo I**. Quito: Abya-Yala, 2012.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. C. Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. *In*: SOUZA, J. V. A.; HENRIQUES, M. S. (Org.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG, Proex, 2010. p. p. 109-236.

## Sobre a autoria

*Liz-Rejane Issberner*

Doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ, na área de Inovação Tecnológica. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT.

[lirismail@gmail.com](mailto:lirismail@gmail.com)

*Philippe Léna*

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne. Directeur de Recherche Émérite do IRD Institut de Recherche pour le Développement (França).

[philippe-lena@orange.fr](mailto:philippe-lena@orange.fr)

### **Contribuição de autoria**

Liz-Rejane Issberner: concepção, coleta de dados, análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão dos resultados.

Philippe Léna: concepção, coleta de dados, análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão dos resultados.

### **Financiamento**

Não se aplica.

### **Consentimento de Uso de Imagem**

Não se aplica.